

Organização de acervos audiovisuais em estúdios de TV

Lais Pereira de Oliveira

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação, Curso de Biblioteconomia,
Goiânia, GO, Brasil
laispereira2@yahoo.com.br

Thalia Pinheiro Rocha

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação, Curso de Biblioteconomia,
Goiânia, GO, Brasil
thalia.pinheiro@hotmail.com

DOI: <https://10.26512/rici.v12.n3.2019.21480>

Recebido/Recibido/Received: 2019-01-04

Aceitado/Aceptado/Accepted: 2019-05-22

Resumo: Analisa a organização de acervos audiovisuais em estúdios de TV, vinculados às universidades. Busca estabelecer uma compreensão comum acerca do tratamento informacional realizado nesses ambientes, sobre uma tipologia particular como o audiovisual. Constitui estudo exploratório-descritivo com abordagem quantitativa, realizado mediante pesquisa em faculdades e escolas de comunicação de universidades públicas estaduais e federais nas quais está presente o curso de Jornalismo. A coleta desenvolveu-se a partir da técnica de questionário, tendo o formulário online com questões fechadas enquanto instrumento e, sendo estabelecida ainda, a análise estatística dos dados. Os resultados indicam que os acervos audiovisuais presentes nos estúdios de TV universitários são organizados a partir de codificações tendo por base ano, assunto ou curso produtor e tipo de material, sendo a sinalização feita com etiquetas coloridas e alfabéticas. Conclui-se que o tratamento informacional dos documentos audiovisuais não considera os tradicionais sistemas de classificação bibliográfica, orientando-se para classificação e ordenação próprias, com adaptações adequadas à realidade local dos estúdios investigados.

Palavras-chave: Acervo audiovisual. estúdio de televisão. curso de Jornalismo. classificação.

Organization of audiovisual collection in TV studios

Abstract: It analyzes the organization of audiovisual collection in TV studios, linked to universities. It aims to establish a common understanding about the informational treatment carried out in these environments, on a typology such as audiovisual. It is an exploratory-descriptive study with a quantitative approach, carried out through research in colleges and communication schools of state and federal public universities in which the Journalism course is present. The data collection used the questionnaire technique, having the online form with closed questions as instrument and, being still established, the statistical analysis of the data. The results indicate the organization of audiovisual collections present in university TV studios from codifications based on the year, subject or course of production and type of material, and the signaling with colored and alphabetic labels. It concludes that informational treatment of audiovisual documents does not consider the traditional bibliographic classification systems, orienting themselves to their own classification and ordering, with appropriate adaptations to the local reality of the studios investigated.

Keywords: Audiovisual collection. Television studio. course of Journalism. classification.

Organización de acervos audiovisuales en estudios de TV

Resumen: Analiza la organización de acervos audiovisuales en estudios de TV, vinculados a las universidades. Se busca establecer una comprensión común sobre el tratamiento informacional realizado

en esos ambientes, sobre una tipología particular como el audiovisual. Constituye un estudio exploratorio-descriptivo con abordaje cuantitativo, realizado mediante investigación en facultades y escuelas de comunicación de universidades públicas estatales y federales en las que está presente el curso de Periodismo. La recolección se desarrolló a partir de la técnica de cuestionario, teniendo el formulario online con cuestiones cerradas como instrumento y, siendo establecida, el análisis estadístico de los datos. Los resultados indican que los acervos audiovisuales presentes en los estudios de TV universitarios se organizan a partir de codificaciones basándose en el año, el tema o el curso productor y el tipo de material, siendo la señalización hecha con etiquetas a color y alfabéticas. Se concluye que el tratamiento informacional de los documentos audiovisuales no considera los tradicionales sistemas de clasificación bibliográfica, orientándose a la clasificación y ordenación propias, con adaptaciones adecuadas a la realidad local de los estudios investigados.

Palabras clave: Acervo audiovisual. estudio de televisión. curso de Periodismo. clasificación.

1 Introdução

O presente artigo versa sobre a organização de acervos audiovisuais produzidos no contexto dos estúdios de TV universitários. Nesse sentido, elenca questões relativas ao trato da informação de uma tipologia distinta em suas bases e em um universo para o qual pouco se atenta – no que diz respeito à necessidade organizativa e de processamento técnico dos materiais que detém – uma vez que não se constitui como uma unidade informacional formal. Além do que propicia aclarar as discussões sobre o documento audiovisual, buscando soluções para uma das muitas dimensões que o cercam e que pouco tem sido pautada nos estudos da Ciência da Informação, com real ênfase nos materiais bibliográficos.

A organização de acervos é atividade crucial para que a informação contida nos mesmos seja devidamente acessada e utilizada. Para tanto, esquemas, processos e instrumentos são cuidadosamente pensados e desenvolvidos no âmbito biblioteconômico, visando apoiar essa organização.

Contudo, há que se pensar na ordenação de acervos físicos tradicionais, como é o caso dos bibliográficos, e também naqueles de tipologias diferenciadas, como os audiovisuais. Deve-se considerar, porém, que a biblioteca tradicionalmente foi depósito de conhecimentos. Aquisição, organização e preservação foram priorizados a ponto de se tornarem mais fim do que meio (ARAÚJO, 1992). Logo, uma orquestrada ação organizativa, de todo e qualquer tipo de material, precisa ser concebida e intercalada com a cadeia de produção, disseminação e uso.

O acervo audiovisual representa um novo tipo de materialidade e formato, que traz gravação em imagem e som, não texto, como nos livros. Até por isso deve ser visto pelos bibliotecários enquanto recurso potencial e ser incluído em suas coleções (ROYAN *et al.*, 2006). McCarthy e Targino (1984, p. 320), em texto clássico, chegam a afirmar que “o bibliotecário pode assumir papel de grande relevância na memória nacional audiovisual”.

Para tanto, a ordenação de materiais audiovisuais deve ser cuidadosamente planejada pelo bibliotecário. Conforme observa Lima (2016, p. 86), a documentação audiovisual “traz

consigo especificidades inerentes ao seu processo de criação, suporte e registro que devem ser consideradas quando se discutem as possibilidades de organização e de recuperação da informação aí presente”. Afinal, a própria forma de composição é diferenciada, de modo que influencia em seu tratamento temático.

Mas e a classificação desses acervos? Para além da análise e descrição de assunto, que padrão estabelecer, por exemplo, para a ordenação física deles nas estantes? Buscando auxiliar nessa compreensão, a presente investigação objetiva centralmente analisar a organização de acervos audiovisuais de estúdios de TV, vinculados às universidades. Em termos específicos, tenciona identificar a forma com que tais acervos são ordenados; entender o tipo de classificação estabelecida; e constatar as possíveis adaptações nesse âmbito organizativo.

A pesquisa exploratório-descritiva aplica, então, um questionário padrão junto aos responsáveis por estúdios universitários das cinco regiões brasileiras. E, como forma de avizinhar-se do tema, parte de um conjunto de artigos, livros, capítulos de livros, dissertações e trabalhos oriundos de eventos sobre a temática de organização da informação e de maneira especial a de documentos audiovisuais, focando especificamente naqueles materiais que interseccionam ambas as questões.

Enxergando em muitos dos materiais selecionados a discussão sobre organização de acervos audiovisuais sem, contudo, deter-se à particularidade dos estúdios de TV universitários e à produção oriunda deles, definiu-se por essa abordagem em vias de desvendar tal realidade. Parte-se da hipótese que acervos audiovisuais universitários não são organizados a partir dos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica, mas sim por meio de códigos específicos e esquemas adaptados, estabelecidos especificamente para esse fim, seja pela natureza dos materiais ou mesmo pelo dinâmico contexto de produção.

Estudos dessa ordem permitem mapear práticas e levantar processos de trabalho dedicados à ordenação de materiais audiovisuais, além de permitir avançar sobre o arsenal teórico em organização e tratamento da informação nesse contexto. Há que se ressaltar ainda, a motivação pessoal que levou ao aprofundamento das leituras no tema e, conseqüentemente, ao cenário pontual da investigação. O vínculo pregresso com projeto de pesquisa e propostas de estágio voltados ao audiovisual foi o principal fator que alertou para a possibilidade de concepção de ideias e implementação de melhorias para a organização de acervos dessa ordem.

Atuando junto a projetos de extensão ou de pesquisa, os estúdios de TV, vinculados geralmente às graduações em Jornalismo das universidades, desempenham importante papel de subsídio ao ensino, viabilizando, assim, o planejamento e a produção de gravações por discentes e docentes, o que faz com que haja a formação e o desenvolvimento de um acervo

físico. A garantia de acesso a esses materiais está no tratamento temático deles, especialmente via classificação, atividade sobre a qual essa pesquisa se dedica.

2 Acervo audiovisual

O audiovisual pode ser caracterizado como um tipo de documento que mescla som e imagem em movimento. Rodríguez Bravo (2004, p. 30, tradução nossa) ressalta que o documento audiovisual “é aquele que em um mesmo suporte contém imagens em movimento – informação visual – e som, sem distinção de suporte físico ou forma de gravação”. Para Buarque (2008, não paginado):

Os documentos audiovisuais se caracterizam por conter sons e/ou imagens em movimento dispostos em um suporte (fita cassete, fita Beta, CD, DVD etc.). Ao contrário de um documento escrito ou fotográfico, os suportes, para serem gravados, transmitidos e compreendidos, necessitam de um dispositivo tecnológico.

Logo, as principais mídias que constituem um acervo audiovisual são: CD, DVD, fitas cassete etc. Santos (2013, não paginado) cita como tipos de suportes em arquivo de TV: “DVD, BLU-RAY e/ou fitas VHS, U-MATIC, BETACAM, M II, MINIDV, DVCAM, dentre outras”.

Na realidade, a produção e amplificação dos materiais audiovisuais acompanha o desenvolvimento de muitos dos meios de comunicação. “Com o audiovisual, a produção documental está intimamente atrelada ao surgimento do rádio, do cinema e da televisão, veículos de comunicação que se complementam e que convergem desde sempre” (SANTOS *et al.*, 2018, p. 238). O audiovisual surge, portanto, em uma perspectiva associativa de custódia e guarda, para sustentação das atividades de tais instituições.

De acordo com Silva (2013, p. 30) “um material audiovisual, em termos gerais, tem sua linguagem básica composta por sons e imagens simultâneas a fim de gerar compreensão do conteúdo”, sendo que “documentos audiovisuais são mais precisos semanticamente do que os visuais e semanticamente mais completos do que os sonoros” (RODRÍGUEZ BRAVO, 2004, p. 30, tradução nossa). A visão desses autores confirma a dualidade e complexidade destes itens, nos quais áudio e vídeo são complementares na expressão de um conteúdo e na formação de sentido. Estes, talvez, sejam fatores decisivos no tocante ao tratamento e organização deles – como se discorrerá mais à frente – uma vez que não há um padrão, tanto no formato quanto no suporte de cada um.

Santos *et al.* (2018, p. 244) explicam que “áudio, vídeo e texto sincronizados são os elementos que constituem o documento audiovisual, que, desde a sua origem, passou por significativas mudanças e transições”. O próprio nome apresenta variações. Na verdade, “diferentes termos têm sido empregados para denominar os meios audiovisuais: multimeios,

recursos audiovisuais, materiais não impressos, materiais especiais, não gráficos, materiais não bibliográficos e mídias” (ARAÚJO, 1992, p. 35).

Desse modo, muito da evolução na designação dos documentos audiovisuais acompanha o aumento da percepção sobre os mesmos e sua real importância. Em razão disso, uma caracterização mais simplória como a de multimeios, orientada para a noção de múltiplos meios, passa a dar espaço para qualificações como material especial, recurso e até mídia.

Mas “seja em bibliotecas, museus ou arquivos a primeira característica a ser abordada no que se refere a documentação audiovisual é o seu suporte e formato” (LIMA, 2016, p. 88). Isso se torna o grande desafio, inclusive, ocasionando em dificuldades na recepção e planejamento visando sua organização e disposição junto aos outros tipos de acervo.

Santos *et al.* (2018, p. 255) esclarecem que os documentos audiovisuais constituem “a massa documental produzida cotidianamente, exigindo, então, para além de estratégias e técnicas específicas de gestão, representação e mediação, estudos mais aprofundados em caráter teórico e epistemológico em Biblioteconomia e Ciência da Informação”. Afinal, é isso que possibilitará avançar na compreensão desses materiais, evitando que sejam simplesmente alocados em separado na unidade de informação e sem qualquer aprofundamento no tratamento descritivo e de conteúdo, em função dos impedimentos para seu real entendimento enquanto suporte de informações.

O material audiovisual também é caracterizado como um “suporte de informação que não pode prescindir de equipamento para audição ou visão que revele o seu conteúdo” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 241). A definição desses autores reforça as ideias de Buarque (2008) e Lima (2016), citados acima, uma vez que também expõem como característica fundamental dos documentos audiovisuais a necessidade de equipamentos específicos para que possam ser lidos e interpretados de forma integral.

Deve-se ressaltar, também, a perspectiva presente em Silva e Carvalho (2014, p. 7), segundo os quais “documentos audiovisuais fazem parte de um todo orgânico, não significam nada isolados, retirados de seu contexto de produção”. Ainda assim, “devem ser entendidos como artefatos que expressam a informação, essencialmente por meio de signos sonoros e visuais” (SOUSA, 2017, p. 40). Tais noções demonstram o contraponto entre as perspectivas custodial e pós-custodial, de valorização do documento ou da informação em seu fluxo e difusão.

O paradigma custodial foca nas ações de guarda, conservação e restauro; o pós-custodial, por sua vez, valoriza a informação em detrimento do acervo (SOARES; PINTO; SILVA, 2015). Esses aportes são válidos para pensar também o contexto do documento audiovisual, pois muito do que se coloca como impedimento para a concretização do trabalho de gestão e

organização deste, é reflexo do arrefecimento das práticas, resumidas muitas vezes ao tecnicismo e sem qualquer amparo na mediação e disseminação. Além, é claro, da participação do profissional apenas no momento da guarda, sem qualquer elo com a ocasião de produção do documento audiovisual.

Vale ressaltar que o documento audiovisual é justamente “caracterizado por sua dualidade ou caráter misto, sua diacronia que é dada pelo canal de áudio e sua opacidade que o torna dependente da tecnologia para acesso ao conteúdo” (RODRÍGUEZ BRAVO, 2004, p. 30, tradução nossa). Por um lado, tais características enriquecem o material audiovisual por viabilizar um teor informacional amplo, que nos tipos bibliográficos fica restrita ao texto e a algumas imagens, no caso de serem impressos. Por outro, complexifica seu manuseio e acesso, já que sempre exigirá dispositivos específicos capazes de fazerem a leitura e reproduzirem o conjunto como foi composto.

Originado a partir dos arquivos históricos (SMIT, 1993) – o que por si só já representa a dinamicidade envolta no universo de produção do documento audiovisual – e, de acordo com Araújo (1992, p. 37):

Apesar de ser relativamente recente a introdução dos meios audiovisuais na sociedade, estes instrumentos causaram tal impacto nos costumes e comportamentos das pessoas que sua utilização transcendeu os limites de apenas um instrumento polifacético de comunicação, informação, cultura e entretenimento da vida moderna. Tais recursos não são apenas uma complementação dos livros; eles têm o seu valor próprio.

Aliás, “a documentação audiovisual é muitas vezes vista como um problema para as bibliotecas e arquivos, devido ao entendimento de que os documentos audiovisuais são não convencionais” (ROSA; SANTOS; SIMIONATO, 2018, não paginado). Tal perspectiva, porém, precisa ser revista, sobretudo porque as unidades de informação de toda e qualquer ordem não podem se privar de selecionar, tratar e disseminar os mais diversos tipos de suportes informacionais. E a discussão se materiais audiovisuais são ou não diferentes dos outros acervos deve deixar de ser o foco, passando todo o grupo de profissionais envolvidos – arquivistas, bibliotecários e museólogos – a se dedicarem aos meios para compreensão de tais itens e à adequação das técnicas para trabalhá-los.

Nessa via vale destacar a noção de Tartaglia e Butruce (2015, p. 331), segundo os quais “os registros audiovisuais só ultimamente passaram a ser compreendidos como documentos e reconhecidos como patrimônio a ser preservado e divulgado”. Dessa forma, são responsáveis dos profissionais da informação como um todo e devem ser organizados mediante ações técnicas de tratamento da informação, como qualquer outro tipo de suporte.

3 Organização da informação e as particularidades do audiovisual

A organização da informação (OI) pode ser compreendida como a ação mor de tratamento e ordenação dos estoques informacionais mediante sua descrição física e temática.

De acordo com Bräscher e Café (2010, p. 92):

a organização da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. [...] estamos, portanto, no mundo dos objetos físicos, distinto do mundo da cognição, ou das ideias, cuja unidade elementar é o conceito.

O tratamento da informação irá incorrer na descrição e representação das características mais representativas do item analisado. Assim:

resulta na produção de representações documentais (fichas de catálogo, referências bibliográficas, resumos, termos de indexação etc.) que não apenas se constituem de unidades mais fáceis de manipular num sistema de recuperação da informação (comparado ao documento em sua íntegra), como também representam sínteses que tornam mais fácil a avaliação do usuário quanto à relevância que o documento integral possa ter para as suas necessidades de informação. (DIAS, 2001, não paginado)

Ao representar a informação o bibliotecário constitui um elemento substitutivo ao material completo, capaz de ilustrar atributos deste. Segundo Dias e Cervantes (2013, p. 24) “a finalidade das atividades da Organização e Representação da Informação visa à recuperação da informação em diferentes contextos de produção e uso”. Para atingir seu propósito, a organização da informação se debruça, então, sobre a representação a nível descritivo e temático.

A vertente temática da OI engloba a indexação, a elaboração de resumos e também a classificação. Sobre esta última, pode-se dizer que:

A classificação é uma das atividades que fazem parte do tratamento da informação, consistindo na representação do assunto principal de um documento por meio de uma notação em números, podendo ser complementada também com letras e sinais, dependendo do sistema de classificação utilizado pela biblioteca. (SOUZA; HILLESHEIM, 2014, p. 85)

A organização de acervos audiovisuais deve necessariamente envolver a classificação, assim como a indexação de assunto e a constituição de resumos. Ao classificar, estabelece-se uma localização física orientada pela composição de uma notação ou código classificatório, crucial para a obtenção posterior do material específico pelo qual se busca.

A classificação vai gerar uma representação por números ou símbolos (CAFÉ; SALES, 2010). Para constituição de tal codificação, é comum a utilização de sistemas de classificação bibliográfica, tais como: Classificação Decimal de Dewey (CDD) e Classificação Decimal Universal (CDU). As classificações de ordem bibliográfica constituem instrumento biblioteconômico de trabalho, que viabilizam a reunião do acervo por afinidade de assunto (SILVEIRA, 2015).

Apesar disto, conforme evidencia Buarque (2008, não paginado):

Não era incomum verificar, até há alguns poucos anos, que grande parte dos arquivos, bibliotecas, centros de pesquisa e instituições de guarda em geral, tratavam de classificar filmes e fitas como sendo “documentos especiais”, evidenciando uma dificuldade em identificar as particularidades e características desses documentos.

Além disso, como destaca Lima (2016, p. 88), “a padronização na organização da informação e do conhecimento presente nas imagens e sons continua sendo um objetivo perseguido em bibliotecas, arquivos e museus”. Até mesmo por isso acaba demandando o empenho de profissionais diversos. Nesse sentido, Smit (1993, p. 82) reitera que:

Os documentos audiovisuais não são vistos, em regra geral, enquanto documentos que, caso devam ser organizados para posterior utilização, demandam os conhecimentos de uma categoria profissional específica. A organização do documento audiovisual constitui, de fato, um “no man's land” profissional, no qual várias profissões estão envolvidas, frequentemente até por razões fortuitas, uma vez que os documentos audiovisuais podem iniciar sua trajetória como suporte ou sub-rotina de outra atividade que, esta sim, traz um nome definido (biblioteca, centro de documentação, museu, arquivo).

A representação descritiva desses documentos pode plenamente ser pensada e concebida de forma integrada por arquivistas, bibliotecários e museólogos. A sensibilidade para o som e/ou a imagem, de que fala Smit (1993), será a tônica para um aprofundamento nas representações. Aspecto esse que pode dirimir a tão característica atribuição da função organizativa de materiais audiovisuais a quem está mais próximo e familiarizado, ainda que não seja profissional da informação.

Deve-se ressaltar, ainda, que o material audiovisual traz consigo informações diversas, em uma materialidade que desafia seu tratamento, pois “a informação audiovisual é dotada de sentidos múltiplos” (SANTOS *et al.*, 2018, p. 236). Desse modo, o tratamento aplicado aos livros muitas vezes não se adequa ao audiovisual. Até porque:

O registro bibliográfico, produto da representação descritiva, deve trazer os elementos informativos (autor, título, data...) sempre na mesma ordem e estes devem ser retirados da mesma fonte, no caso dos livros a fonte mais comum é a página de rosto, já no caso do material audiovisual pode ser a capa ou o selo de um disco, a moldura de um slide ou a etiqueta colada na caixa do rolo de um filme. O mais importante é que, cada registro produzido sobre um documento audiovisual deve identificar de modo autônomo um documento de outro e abranger as suas características físicas: material, dimensões, capacidade de armazenamento etc. (LIMA, 2016, p. 89)

Logo, diferentemente dessa padronização e “rotulagem” mais direta e objetiva no caso do livro, nos acervos audiovisuais encontra-se outra demanda em termos de organização, desafiada inclusive, por essa diversidade de arsenais detentores das informações descritivas de tais itens. Vale ressaltar também que:

No campo dos arquivos sonoros e audiovisuais não há um sistema ideal de metadados que dê conta plenamente das características desses objetos. Em função disso, muitas instituições optam por utilizar combinações de sistemas, para melhor atender as particularidades de suas coleções. Dublin Core, PBCore, PREMIS e METS são alguns dos sistemas utilizados em arquivos audiovisuais, que variam em complexidade e em operacionalidade. (BUARQUE, 2008, não paginado)

Portanto, pelas razões apresentadas, há que se pensar cuidadosamente no tratamento descritivo que será aplicado ao material audiovisual e também no tratamento temático ou de assunto. Nesse ponto é importante destacar que “representar o tema de um documento visual, sonoro ou visual e sonoro, como as imagens em movimento, envolvem não só o que vemos ou ouvimos, mas também o que a imagem e o som nos sugere” (LIMA, 2016, p. 89). Basicamente:

As fases para a análise de um documento audiovisual consistem em observar a imagem fixa descrevendo o que se vê; assistir ou ouvir toda a obra, no caso dos filmes e gravações sonoras, anotando a minutagem e descrevendo os planos e as sequências; sintetizar as informações elaborando um resumo; elaborar um registro em uma base de dados. (LIMA, 2016, p. 90)

A individualização do material audiovisual, contudo, muitas vezes não é suficiente para sua representação. Lima (2016, p. 90) explica que:

Não se pode esquecer que o documento audiovisual na maioria das vezes pertence a um conjunto de documentos, uma fotografia em uma revista está relacionada ao texto da reportagem, o material editado de um programa de televisão está ligado ao material bruto produzido, o filme com o livro que lhe deu origem, etc., além disso, no caso de um vídeo ou de uma gravação sonora, ele podem ser recuperados em sua totalidade ou por suas partes.

Enfim, uma complexa rede de necessidades se estabelece em torno do que demanda o documento audiovisual, em termos de organização. Outra dinâmica diz respeito à análise dele, em condições de compreender e acessar seu real teor, para que se tenha condições de conduzir sua representação temática, seja ela em nível de indexação ou mesmo de classificação. E as pesquisas científicas representam justamente um caminho para descortinar acepções nesse campo.

4 Metodologia

O estudo enquadra-se como exploratório-descritivo, posto que explora um assunto em vias de estabelecer maior compreensão sobre ele, na intenção ainda de descrever fenômenos a seu respeito. Além disso, em termos da abordagem, tem-se uma investigação quantitativa, pautada no exame e interpretação estatística sobre os dados.

O lócus de investigação foram faculdades e escolas de comunicação de universidades públicas brasileiras estaduais e federais, especificamente selecionadas por ofertarem o curso de Jornalismo e terem vinculado a este um estúdio de TV ativo. A delimitação ocorreu em razão da

intenção de direcionamento da coleta a este universo, normalmente vinculado a tal graduação nas universidades.

Teve-se como critério de seleção os estúdios das instituições cuja atividade desempenhada envolve, necessariamente, acervo de audiovisuais crescente. Para tanto, foi feito a princípio, um levantamento das universidades públicas que ofertam curso de comunicação por meio do *site* E-MEC. Em seguida, observou-se, por meio de prospecção individual nos portais institucionais das faculdades e institutos destas, a presença das características acima. A procura foi então por uma página web específica dos estúdios ou por conjuntos de informações descritivas de projetos e atividades de grupos de pesquisa e extensão das faculdades, voltados ao universo supracitado.

Diante das constatações, chegou-se a um número restrito de instituições que atendiam, de fato, aos critérios postos para a pesquisa. Conseguiu-se, ainda, diversificar a amostragem de modo a não haver coleta restrita a um único estado ou região do país, como forma de atingir um mapeamento a fim de contemplar características e atributos de distintas localidades.

Desse modo, teve-se uma amostragem de 05 instituições localizadas cada qual em uma das cinco regiões brasileiras, não identificadas nominalmente para evitar exposição das realidades existentes. Apesar da restrição que orientou a coleta da presente investigação, entende-se que é possível, até certo ponto, generalizar os dados obtidos em razão da similaridade de perfil dos estúdios de TV universitários e da própria função cumprida por estes na sustentação das práticas jornalísticas do aluno em formação nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

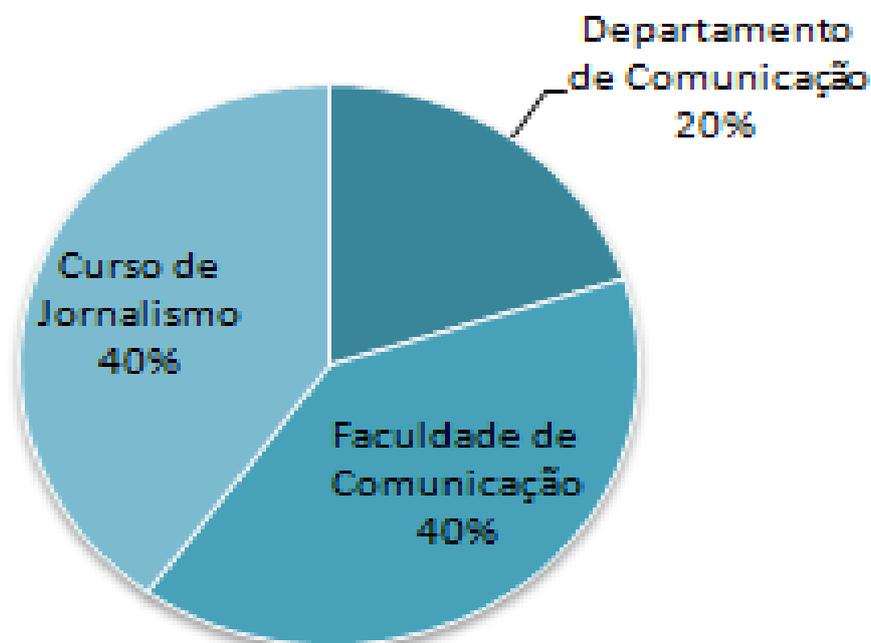
Para a coleta dos dados, constituiu-se questionário online com 10 perguntas fechadas. O questionário foi encaminhado aos responsáveis pelas faculdades e escolas de comunicação da amostragem e, em casos pontuais, aos próprios coordenadores dos estúdios de TV dos cursos de Jornalismo dos quais se obteve o contato. Foi empregada análise estatística, com apoio do software Excel para trabalhar os resultados obtidos, sendo o conjunto de respostas arquivado na própria planilha base derivada do formulário e usada para constituição dos gráficos.

5 Análise e interpretação dos dados

A pesquisa foi desenvolvida junto a cinco estúdios de TV vinculados a universidades brasileiras. Diante dos critérios supramencionados para coleta dos dados, deve-se ressaltar a dificuldade de obter retorno imediato sobre o questionário, apesar da criteriosa seleção e do cuidado em contatar e encaminhar individualmente o instrumento online para locais que atendiam aos critérios postos para o mapeamento. A análise dos dados expõe os resultados obtidos junto aos estúdios participantes.

Acerca do primeiro bloco, que foi de caracterização, indagou-se, a princípio, sobre a vinculação do estúdio. O gráfico 1 expõe os resultados.

Gráfico 1 – Vinculação do estúdio de TV.

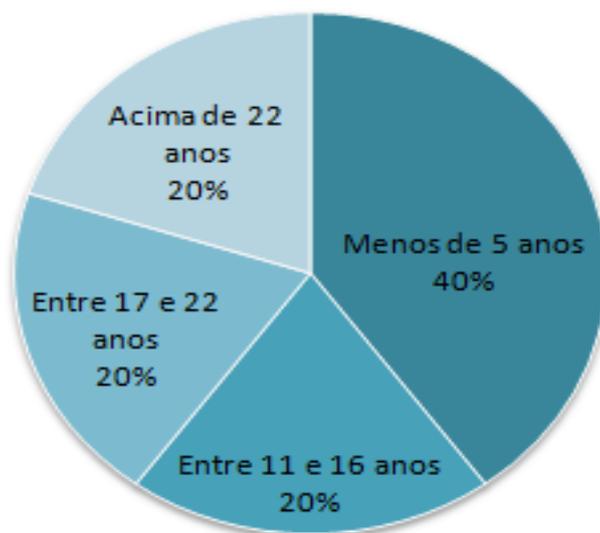


Fonte: As autoras (2018).

Como se observa no gráfico 1, os maiores percentuais representados, cada qual por 40%, são dos estúdios vinculados diretamente aos cursos de Jornalismo – dois – e às Faculdades de Comunicação – também dois. Apenas um dos estúdios investigados (20%) responde ao Departamento de Comunicação como um todo.

A questão seguinte foi a respeito do tempo de existência do estúdio de TV. Os dados constam do gráfico 2.

Gráfico 2 – Tempo de existência do estúdio de TV.

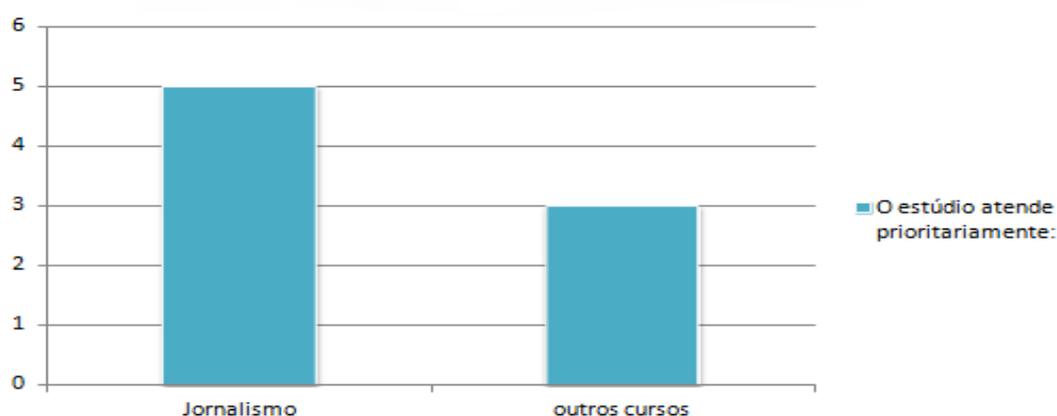


Fonte: As autoras (2018).

Pode-se observar que dois dos estúdios universitários pesquisados (40%) são bastante recentes; têm menos de cinco anos de existência. Dos três restantes, constata-se que um tem entre 11 e 16 anos; um tem entre 17 e 22 anos; e um tem mais de 22 anos. Apesar de ser uma das alternativas do questionário, entre 5 e 10 anos não foi assinalada por nenhum dos respondentes.

A partir de então, buscou-se constatar a abrangência dos serviços, perguntando sobre os cursos atendidos pelo estúdio de TV. Os dados constam no gráfico 3.

Gráfico 3 – Cursos atendidos pelo estúdio de TV.



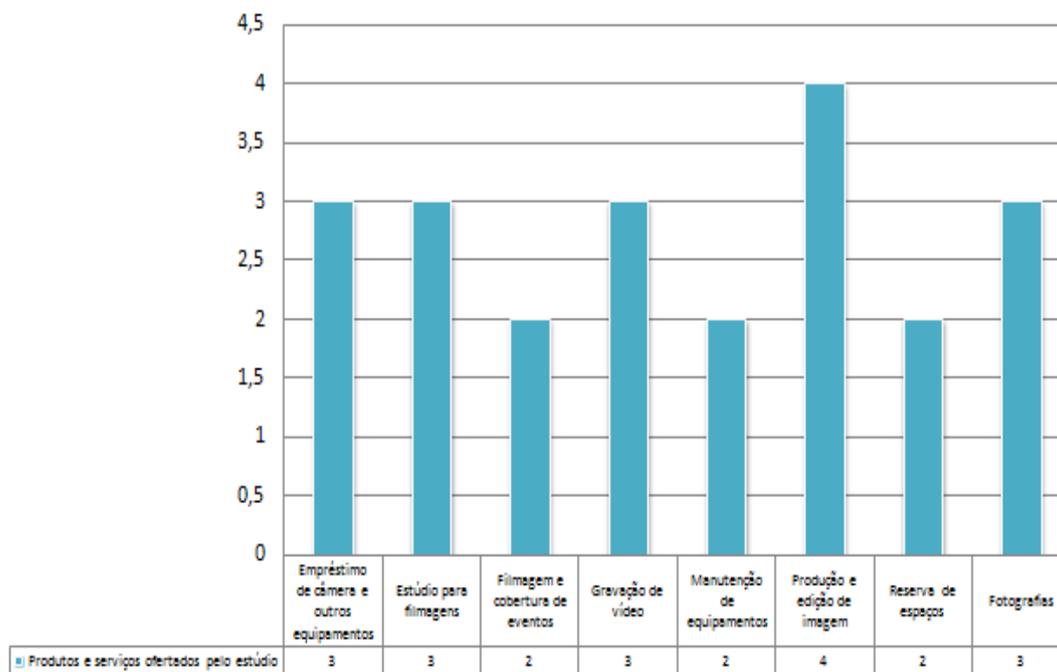
Fonte: As autoras (2018).

Nota-se, pelo gráfico 3, um atendimento prioritário dos estúdios de TV aos cursos de Jornalismo das universidades pesquisadas, como já era esperado. Mas, no caso de três deles, o

atendimento também se estende a outros cursos que não o de Jornalismo. Nesta categoria “outros” foram sinalizados: Cinema e Audiovisual, assim como as demais habilitações da Comunicação Social, quais sejam: Publicidade e Propaganda; e Relações Públicas.

Ampliando tal compreensão, indagou-se acerca dos produtos e serviços ofertados pelo estúdio, obtendo-se o panorama constante no gráfico 4.

Gráfico 4 – Produtos e serviços ofertados pelo estúdio de TV.

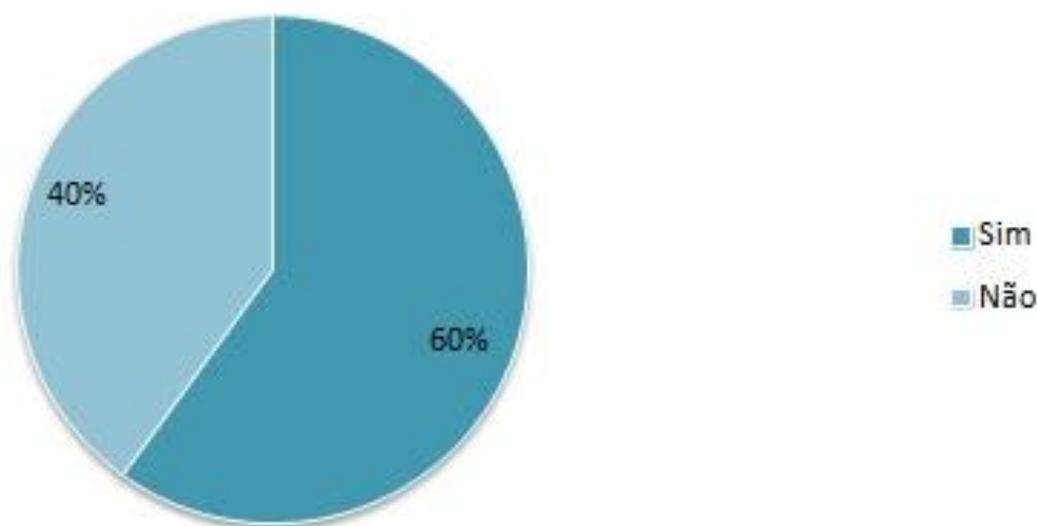


Fonte: As autoras (2018).

Essa questão permitia marcar mais de uma alternativa. Conforme se constata no gráfico 4, produção e edição de imagem é o serviço mais assinalado pelos respondentes, em um total de quatro. Empréstimo de câmera e outros equipamentos; disponibilização de estúdio para filmagens; gravação de vídeo; e fotografia aparecem na sequência, assinalados por três dos estúdios participantes. São ofertados também, mas por uma minoria de dois estúdios: filmagem e cobertura de eventos; manutenção de equipamentos; e reserva de espaços.

Os participantes foram questionados ainda se o estúdio conta com acervo físico de fitas e outros materiais audiovisuais. Os percentuais obtidos constam no gráfico 5.

Gráfico 5 – Presença de acervo físico de fitas no estúdio de TV.

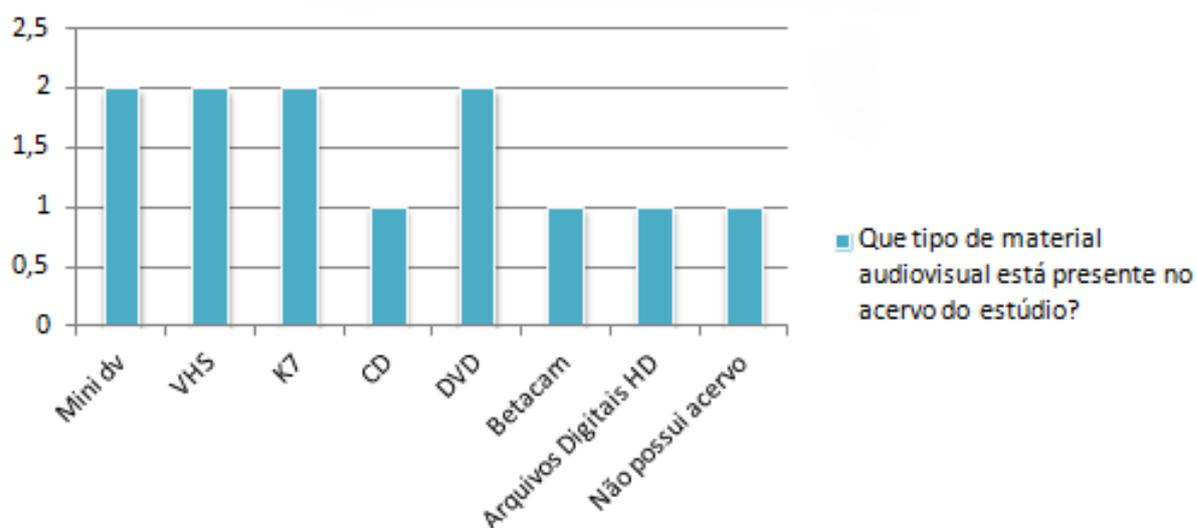


Fonte: As autoras (2018).

Percebe-se que três dos estúdios investigados (60%) contam com acervo físico e dois (40%) afirmam que não o possuem. Apesar de tal sinalização, a questão subsequente permitiu constatar a existência de acervos audiovisuais de outra tipologia (vide gráfico 6).

Questionados sobre que tipo de material audiovisual está presente no acervo do estúdio, os participantes responderam conforme dados constantes no gráfico 6.

Gráfico 6 – Tipo de material audiovisual presente no acervo do estúdio de TV.



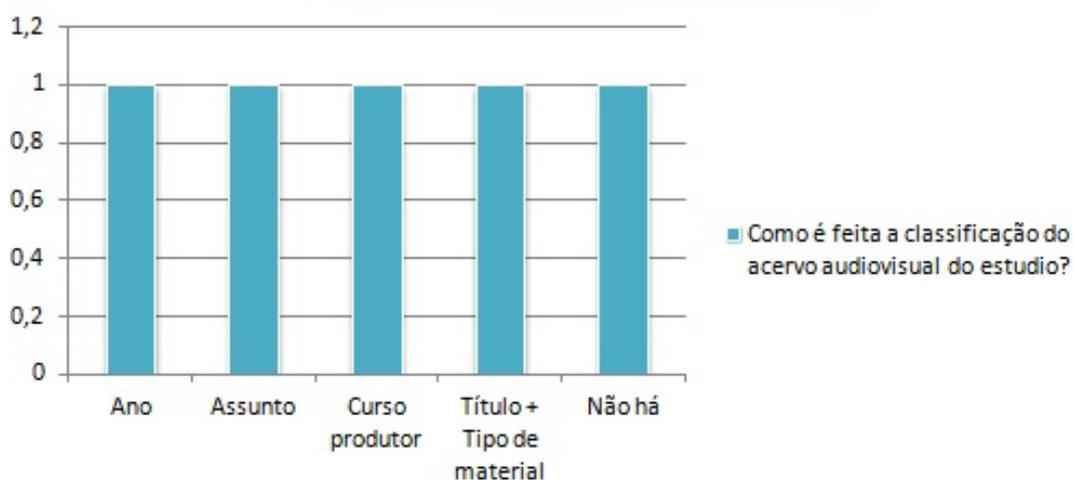
Fonte: As autoras (2018).

Esta questão, que também permitia marcar mais de uma opção, mostra que Mini DV, VHS, K7 e DVD são os materiais audiovisuais mais presentes nos acervos dos estúdios universitários. Foram assinalados por dois deles. Já as opções CD e Betacam foram sinalizadas por apenas um estúdio. Aqueles que indicaram na questão anterior a inexistência de acervo físico marcaram aqui a opção “outros”, dizendo contar apenas com material de expediente e arquivos digitais HD – os quais não deixam de representar também parte de seu acervo.

Verifica-se, então, a variedade de formatos dos documentos encontrados nos estúdios, cada qual com suas peculiaridades no tocante à reprodução e leitura de conteúdo, suporte, forma e necessidades de tratamentos específicos para fins organizacionais. Questões essas que aumentam ainda mais o desafio representado pela ação de classificação e ordenação nesse universo.

Em seguida, buscou-se constatar como é feita a classificação do acervo audiovisual do estúdio. Obteve-se o retorno conforme o gráfico 7.

Gráfico 7 – Forma de classificação do acervo audiovisual do estúdio de TV.

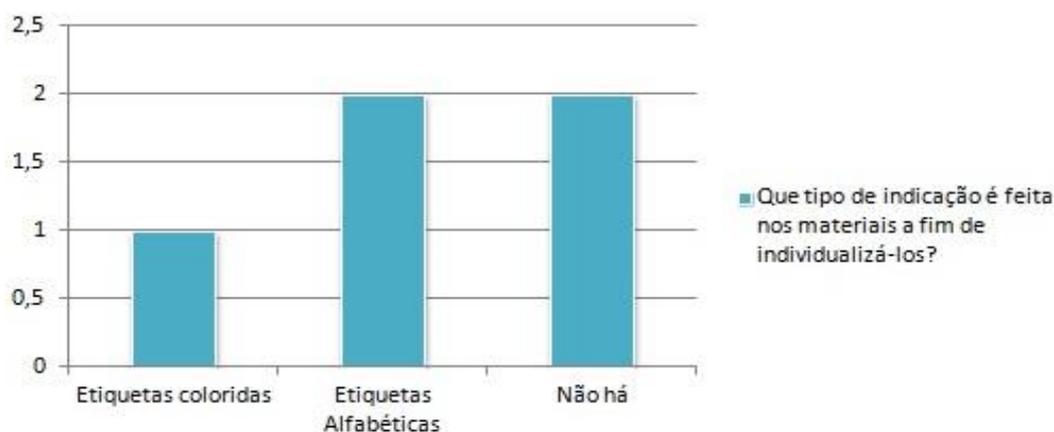


Fonte: As autoras (2018).

Observa-se que a classificação do acervo audiovisual físico acontece a partir de categorias como ano, assunto, curso produtor do conteúdo e título mais tipo de material. Cada um desses foi assinalado por um estúdio diferente. O último, que corresponde ao que sinalizou contar com material de expediente, respondeu não haver classificação. Estes dados ilustram a já citada dificuldade no tratamento dos documentos audiovisuais e confirmam a hipótese de que esses estúdios não fazem uso de um sistema estruturado de organização informacional.

Procurou-se, ainda, constatar o tipo de indicação feita nos materiais a fim de individualizá-los nas estantes. Os dados estão no gráfico 8.

Gráfico 8 – Tipo de indicação feita nos materiais a fim de individualizá-los.

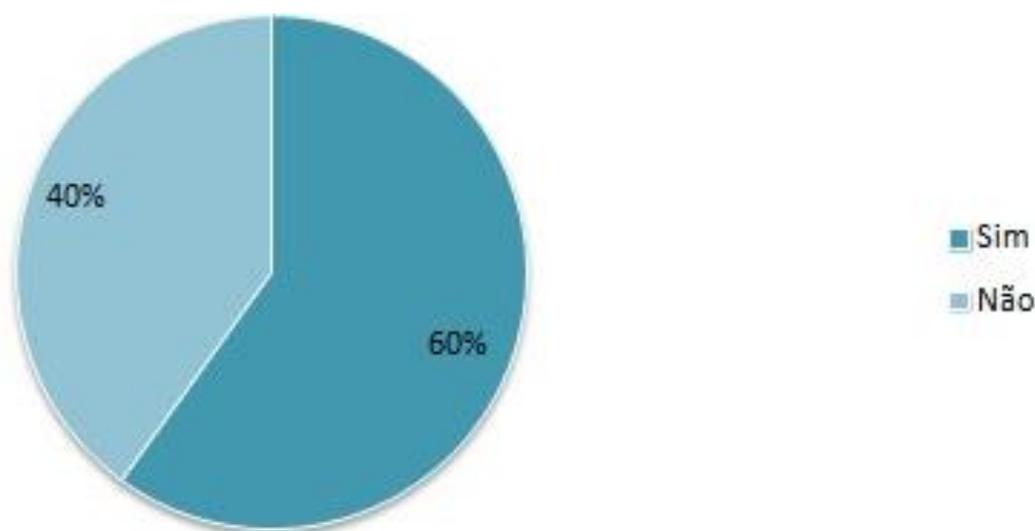


Fonte: As autoras (2018).

Como mostra o gráfico acima, em dois dos estúdios etiquetas alfabéticas são inseridas para sinalização. Em outro, o uso é de etiquetas coloridas. Nos dois restantes não há uma indicação específica nos materiais a fim de individualizá-los, sendo um deles o que indicou anteriormente possuir apenas material de expediente. O último, que conta com arquivos HD, afirma que a estruturação da classificação está em processo e que, simultaneamente a esta, será pensada a sinalização individual nos itens.

Os participantes da pesquisa foram questionados se o acervo do estúdio é aberto e de livre acesso aos frequentadores do espaço. Os dados constam no gráfico 9.

Gráfico 9 – Abertura do acervo, para livre acesso aos frequentadores do estúdio de TV.

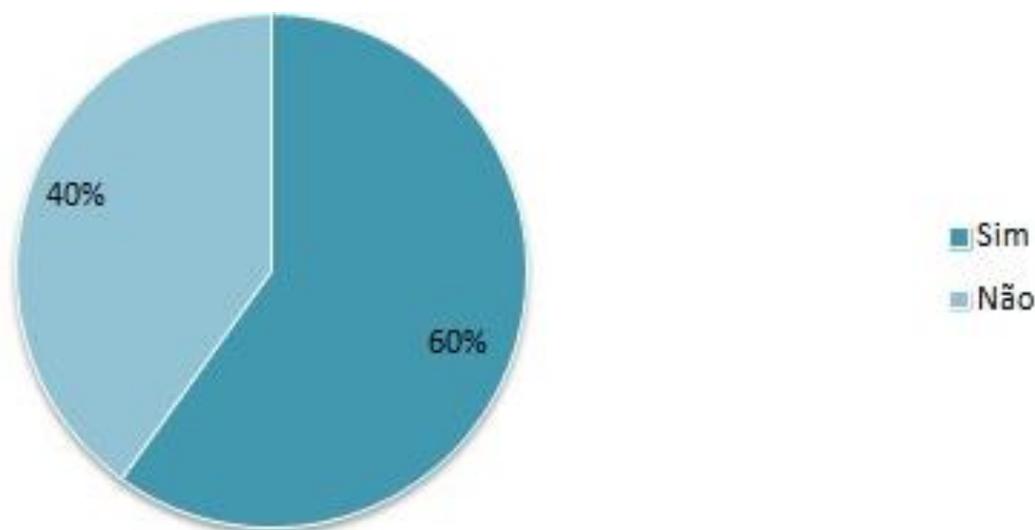


Fonte: As autoras (2018).

Conforme destacado no gráfico 9, três estúdios (60%) deixam o acervo aberto, mas dois (40%) não permitem livre acesso aos frequentadores. Um deles é justamente o que respondeu possuir apenas material de expediente, questão que pode justificar a restrição de acesso ao público da instituição. Ainda assim, é importante que o público discente e docente acesse os materiais, produto das próprias atividades de ensino, pesquisa e extensão das quais participam. Até mesmo para que os estúdios estejam em conformidade com as premissas pós-custodiais, que priorizam a difusão e o acesso e não as questões de restrição e guarda dos materiais.

Indagados se consideram que a forma de organização do acervo é compreensível e favorece seu manuseio, os respondentes sinalizaram conforme consta no gráfico 10.

Gráfico 10 – Forma de organização do acervo e favorecimento do seu manuseio.



Fonte: As autoras (2018).

Nota-se que três estúdios (60%), os mesmos que informaram possuir acervo aberto na questão anterior, consideram que a forma de organização do acervo é compreensível e favorece seu manuseio; enquanto dois (40%) consideram que não. Há que se ressaltar que um destes está em processo de ordenação, de modo que provavelmente chegará a uma representação física direcionada aos itens de que dispõe.

6 Conclusão

A pesquisa buscou analisar a organização de acervos audiovisuais de estúdios de TV, vinculados às universidades. Nessa medida, permitiu validar a hipótese previamente estabelecida, de que não haveria nesses ambientes uma organização formal baseada nos

tradicionais sistemas de classificação bibliográfica, considerando-se a natureza de tais materiais e a própria realidade de produção deles.

Trata-se, como visto, de estúdios em sua maioria consolidados, vinculados aos cursos de Jornalismo ou que respondem à Faculdade de Comunicação como um todo. Todos trabalham com uma diversidade de serviços, incluindo produção e edição de imagens e empréstimo de equipamentos, assim como disponibilização de espaço para filmagens e gravações, questões essas que culminarão no desenvolvimento de um acervo audiovisual, que demandará organização. Especialmente pela necessidade de acesso futuro e da própria manutenção de uma memória devidamente tratada e ordenada. Isso é extremamente importante, tendo em vista que permitirá a expansão das atividades acadêmicas da área de comunicação garantindo assertividade e confiabilidade nos processos relacionados à organização, guarda e disponibilização dessa verdadeira memória institucional de ações desenvolvidas.

De fato, apesar de estabelecidos sobre um ambiente universitário, que poderia até favorecer um trabalho conjunto e aproximado das técnicas biblioteconômicas de organização da informação, os estúdios não se utilizam diretamente destas. No lugar de sistemas de classificação tradicionais, são empregadas codificações específicas, tendo por base ano, assunto ou curso produtor e tipo de material. Em certa medida favorece-se o manuseio por se tratar de símbolos breves, aos quais o responsável pelo estúdio se acostumará facilmente. Ainda assim, perdem-se instâncias representativas mais densas, capazes de evidenciar conteúdos fundamentais e também secundários, a partir do emprego de tabelas principais e auxiliares dos sistemas bibliográficos decimais.

Constatou-se também que etiquetas coloridas e alfabéticas – em vez de notações da CDD ou CDU – são empregadas na sinalização individual dos materiais. Vale ressaltar que a maior parte dos estúdios considera funcional a organização estabelecida, que, segundo indicam, é compreensível e favorece o manuseio pelos usuários. Apesar disto, uma parcela dos estúdios investigados não concede livre acesso ao acervo, o que acabará favorecendo o manuseio dos itens, já que isso será feito por um funcionário conhecedor da disposição interna existente.

Nesse ponto é importante destacar os paradigmas custodial e pós-custodial na organização da informação, na medida em que o que está em discussão na transição entre ambos é, justamente, a mudança de foco. O item em si não é o mais relevante, mas sim o princípio de fazer chegar a quem necessite a informação nele contida. Correlacionando com as conclusões advindas da presente pesquisa, todos os meios para fazer com que os materiais audiovisuais que o estúdio detém sejam acessados, são válidos.

Pesquisas futuras podem se debruçar sobre os demais processos técnicos de tratamento temático, tais como indexação e elaboração de resumos no contexto dos estúdios universitários

de TV. Relevantes constatações também podem ser geradas pela expansão da pesquisa em questão, como forma de melhor compreender a análise conceitual de materiais audiovisuais e a representação dela derivada, a ponto de gerar uma classificação alternativa e adaptada destes, sem uso dos sistemas bibliográficos tradicionais.

Referências

ARAÚJO, Walkiria Toledo de. Uso da informação audiovisual em bibliotecas: dados de pesquisas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 35-41, jan./dez. 1992.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna Wilhelmina (Orgs.). **Temas de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP, 2010. p. 87-103.

BUARQUE, Marco Dreer. Estratégias de preservação de longo prazo em acervos sonoros e audiovisuais. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 9., 2008. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral; São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2008.

CAFÉ, Lígia Maria Arruda; SALES, Rodrigo de. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Org.). **Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília: IBICT, 2010. p. 115-129.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DIAS, Eduardo Wense. Contexto digital e tratamento da informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, out. 2001.

DIAS, Geneviane Duarte; CERVANTES, Brigida Maria Nogueira. Tratamento temático da informação em periódicos científicos eletrônicos na Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 22-38, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/14596>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

LIMA, Vânia Mara Alves. A documentação audiovisual. In: SILVA, José Fernando Modesto da; PALETTA, Francisco Carlos (Org.). **Tópicos para o ensino de Biblioteconomia**. São Paulo: ECA-USP, 2016. p. 86-99.

MCCARTHY, Cavan Michael; TARGINO, Maria das Graças. Materiais audiovisuais na sociedade e nas bibliotecas brasileiras. **Revista Escola Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 302-321, set. 1984.

RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca. El documento audiovisual en las emisoras de televisión: selección, conservación y tratamiento. **Biblios**, v. 5, n. 20, p. 29-39, oct./dic. 2004.

ROSA, Ana Beatriz Almagro; SANTOS, Raniel Alessandro Andrade; SIMIONATO, Ana Carolina. A documentação audiovisual para o ensino da Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil. In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DAS REGIÕES SUDESTE, CENTRO-OESTE E SUL, 5., 2018. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2018.

ROYAN, Bruce *et al.* **Directrizes para materiais audiovisuais e multimedia em bibliotecas e outras instituições.** IFLA, 2006.

SANTOS, Francisco Edvander Pires. Documentos e informações audiovisuais: a teoria arquivística e as técnicas da Biblioteconomia aplicadas à organização de arquivos de TV. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, out. 2013.

SANTOS, Francisco Edvander Pires; FARIAS, Maria Giovanna Guedes; FEITOSA, Luiz Tadeu; CAVALCANTE, Lidia Eugenia; NUNES, Jefferson Veras. Documento e informação audiovisual: bases conceituais numa perspectiva neodocumentalista. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 235-259, maio/ago. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/76085>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

SILVA, Luiz Antonio Santana da. **Abordagens do documento audiovisual no campo teórico da Arquivologia.** 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93678>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

SILVA, Luiz Antonio Santana da; CARVALHO, Telma Campanha. Discurso e *práxis* do documento audiovisual nos arquivos: perspectivas de organização arquivística. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 5-29, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/22514>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

SILVEIRA, João Paulo Borges da. O ensino de representação temática da informação a distância: a experiência da Universidade de Caxias do Sul – UCS. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 500-514, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1111>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

SMIT, Johanna W. O documento audiovisual e a proximidade entre as 3 marias. **Revista Brasileira Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 81-85, jan./jun. 1993.

SOARES, Ana Paula Alves; PINTO, Adilson Luiz; SILVA, Armando Malheiro da. O paradigma pós-custodial na Arquivística. **Páginas a&b**, s. 3, n. 4, p. 22-39, 2015. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/996>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

SOUSA, Emilio Evaristo de. Abordagens Multimodais para a Análise de Documentos Audiovisuais. In: ALBUQUERQUE, Ana Cristina de; SIMIONATO, Ana Carolina. **Recursos audiovisuais: sua contemporaneidade na organização e representação da informação e do conhecimento.** Rio de Janeiro: Interciência, 2017. Cap. 3, p. 39-54.

SOUZA, Fernanda Possenti de; HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade. Tratamento da informação e o uso das tecnologias da informação e comunicação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 81-96, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/16748>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

TARTAGLIA, Ana Renata; BUTRUCE, Débora. Entre letras e imagens: o acervo audiovisual no Arquivo da Academia Brasileira de Letras. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 9, p. 327-340, 2015.